

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO****UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2019****(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23479.011766/2019-17)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, sediada na Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68507-590, Marabá-PA, por meio de Pregoeiro, designado pela Portaria nº 2182/2018, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço **POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO: 29 de outubro de 2019.****HORÁRIO: 08h40min (horário de Brasília).****LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)****UASG: 158718****1. DO OBJETO**

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA OS LABORATÓRIOS DE ENSINO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 154823

Fonte: 8100

Programa de Trabalho: 140861

Elemento de Despesa: 44905200

PI: MSS25G15EMN

**3. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

- 3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.1.2. Para os itens de 01 a 29 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação
- 4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.4.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

- 4.4.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 4.4.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 5.5.1. Valor unitário e total do item;
  - 5.5.2. Marca;
  - 5.5.3. Fabricante;
  - 5.5.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);
  - 5.11.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- 6.9.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.14. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.19. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



- 6.20. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.22. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.23. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 6.24. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:
  - 6.24.1. por empresas brasileiras;
  - 6.24.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 6.24.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 6.25. Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.
- 6.26. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 6.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 7.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 7.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
    - 7.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

- 7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.10. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

- 8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 8.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.1.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.1.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.2. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 8.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

- 
- 8.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.
- 8.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.
- 8.6. **Habilitação jurídica:**
- 8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);
- 8.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.6.8. No caso de exercício de atividade de XXXX: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo XX da (Lei/Decreto) nº XXXX.
- 8.6.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.7. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 8.7.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.7.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.7.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.7.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.7.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.7.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
-

8.7.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**8.8. Qualificação Econômico-Financeira.**

8.8.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.8.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.8.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.8.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.8.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.8.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.8.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10 (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**8.9. Qualificação Técnica**

8.9.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.9.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.10. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado



- (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.11. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br)
- 8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.11.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.11.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 8.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

- 9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## **10. DOS RECURSOS**

- 10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

---

**12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 13.2. A adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
  - 13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.
  - 13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.
- 13.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
  - 13.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 13.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
  - 13.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 13.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, não prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 13.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
  - 13.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
  - 13.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 13.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**14. DO REAJUSTE**

- 14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

---

**16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

**17. DO PAGAMENTO**

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. apresentar documentação falsa;

18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.5. não mantiver a proposta;

18.1.6. cometer fraude fiscal;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



- 18.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 19.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 19.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 19.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 19.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 20.1. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br), ou por petição dirigida ou protocolada no Protocolo Central da Unifesspa no endereço Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.
- 20.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 20.7.1. **Para fins de regulamentação, considerar-se-á o horário comercial de 2ª a 6ª no horário de 08:30h às 17:30h para registro de pedidos de esclarecimento e impugnação, considerando-se intempestivos os pedidos registrados após o horário comercial.**

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 21.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 21.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 21.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá-PA, na Divisão de Compras e Serviços – DICS/PROAD, nos dias úteis, no horário das 08h30min às 11h30min e das 14h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 21.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 21.14.1. ANEXO I - Termo de Referência;
  - 21.14.2. ANEXO II - Ata de Registro de Preços;
  - 21.14.3. ANEXO III - Modelo de Autorização de Fornecimento;
  - 21.14.4. ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preços;

Marabá-PA, 15 de outubro de 2019.

RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA  
PREGOEIRO – PORT. Nº 2182/2018

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de **MATERIAIS PERMANENTES PARA OS LABORATÓRIOS DE ENSINO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
01	<b>POLITRIZ INDUSTRIAL:</b> <i>Politriz e lixadeira metalográfica com um prato de alumínio de 200 mm de diâmetro. deve possuir as seguintes características: construção em fia de vidro, aço ou alumínio; protegida contra corrosão; sistema de irrigação para o lixamento com regulagem; anel de fixação para utilização de lixas não adesivas; velocidade da rotação selecionável, sendo obrigatórias as velocidades de 300 e 600 rpm. alimentação: 220 v monofásico. potência mínima do motor: 0,25 cv proteção contra curto-circuitos. peso máximo: 40 kg. dimensões máximas (l x p x a): 600 x 600 x 400 mm. Deve possuir todo os acessórios necessários para lixame, cabo de alimentação elétrica; mangueiras para entrada e saída de água; manual técnico em português. garantia do fabricante de 1 ano.</i>	66877	Unidade	1	<b>5.242,84</b>
02	<b>GERADOR DE ENERGIA:</b> <i>Gerador portátil - à diesel/disjuntor 10ª/Potência máxima 2,2 kW/ potência nominal 2 kW/tensão saída monofásica 115/230v/controle tensão capacitor/escova/ fases monofásico/ capacidade do tanque 12,5 litros/ autonomia 50% da carga 10 horas/ peso 54 kg/ ruído 7 metros de distância 77 db/motor 5 cv a diesel/ partida manual/ carregador 12 volts 8,3ª/ frequência 60 Hz.</i>	21636	Unidade	1	<b>2.773,33</b>
03	<b>CONJUNTO FLANGEADOR:</b> <i>Conjunto flangeador. Componentes: corpo base/mordente/ponteiras/ cortador tubo, aplicação: tubulação metálica, sistema medida mordente: métrico, sistema medida ponteiras: métrico, características adicionais: alargador de tubo 1/2 pol a 1 pol para flange 45"</i>	345658	Unidade	3	<b>721,17</b>
04	<b>PRENSA HIDRÁULICA 30 TON:</b> <i>Prensa Hidráulica Manual: capacidade mínima de 30 toneladas com válvula de sobrecarga e pistão com retorno automático, mesa de trabalho com altura ajustável, manômetro, com curso mínimo do pistão de 50 mm</i>	67857	Unidade	1	<b>1.908,63</b>
05	<b>SERRA POLICORTE PARA FERRO MONOFÁSICO:</b> <i>Serra policorte para ferro monofásico - o diâmetro máximo do disco que pode ser usado nas policortes é de 12" polegadas. Os rolamentos dessas policortes têm blindagens dupla. característica técnicas: tensão nominal: 110/220 (mono).</i>	138444	Unidade	2	<b>4.115,72</b>
06	<b>CARRINHO TRANSPORTE:</b> <i>Carrinho para transporte de cilindro de gás com no mínimo 24 cm de diâmetro</i>	150383	Unidade	1	<b>460,97</b>

07	<b>MICRÔMETRO EXTERNO RESOLUÇÃO 0,01MM/0-25MM:</b> <i>Micrômetro externo no sistema métrico (milímetros), com catraca, de estrutura com proteção térmica e detalhada atrás do batente para medições em locais de difícil acesso e pontas de medição planas de metal duro. faixa de medição: 0-25mm e resolução de 0,01mm. exatidão: +/- 2μ, planeza: 0,6μ e paralelismo de 2μ. marca/modelo de referência: Mitutoyo/ 102-301.</i>	88781	Unidade	10	<b>1.795,80</b>
08	<b>PAQUÍMETRO DIGITAL 150 MM COM ESTOJO:</b> <i>Paquímetro Digital 150 mm com estojo; corpo em aço inox; resolução de 0.01 mm/0.0005; precisão +/- 0.03mm / 0.001; leitura em milímetros e polegadas; 4 funções de medidas; rolete de ajuste fino; amplo display; capacidade 150 mm;</i>	70793	Unidade	10	<b>1.611,70</b>
09	<b>KIT DE INSTRUMENTOS PARA MEDIÇÃO SONORA:</b> <i>Decibelímetro Digital Portátil, (medidor de nível de pressão sonora tipo 2 ou superior; calibrador acústico compatível ao decibelímetro; certificados de calibração do decibelímetro e do calibrador. Prazo de garantia de no mínimo 12 (doze) meses.</i>	141160	Unidade	1	<b>5.891,00</b>
10	<b>TORNO MECÂNICO DE BANCADA 320X1000 MM:</b> <i>Torno mecânico de bancada 320x1000 mm Distância Máxima Entre Centros: 1.000 mm .Diâmetro máximo sobre o barramento: 330 mm; largura do barramento: 186 mm. Diâmetro de passagem do eixo-árvore: 38 mm; Diâmetro máximo sem cava : 476 mm. - placa c/3 castanhas auto centrantes de ø 160 mm; encaixe do eixo-árvore : cm5. - encaixo do mangote : cm3; 8 velocidades : 70 - 115 - 190 - 300 - 460 - 755 - 1.255 - 2.000 rpm; rosca métrica : 0,4 - 7,0 mm. - rosca em polegada : 4 - 56 fios/poleg; possui avanço automático no carro longitudinal e transversal; potência do motor mínima: 1,5 kw / 2 hp;</i>	150549	Unidade	2	<b>57.206,54</b>
11	<b>BOMBA DE VÁCUO:</b> <i>Bomba de Vácuo - Peças /Acessórios, Modelo Partida Por Capacitor Térmico, Vazão 140, Potência Motor ½ Cv, Voltagem 220v, Características Adicionais 2 Estágios e Reativação Automática, Capacidade Refrigeração 6 Cfm.</i>	60461	Unidade	2	<b>1.769,86</b>
12	<b>CARRINHO TRANSPORTE:</b> <i>Carro Carga, Carro Confeccionado em Plataforma de Perfil de Chapa de Aço e Estrutura Tubular. Medidas: 1500x800 mm (Comp x Larg). Possui uma Aba Fixa de 700 mm de Altura. Possui quatro rodas pneumáticas 350 x 8, sendo duas fixas e duas giratórias. Capacidade de Carga 800 kg.</i>	150383	Unidade	1	<b>1.034,20</b>
13	<b>ARMÁRIO GUARDAR FERRAMENTA:</b> <i>Armário fabricado em aço carbono, com portas de aço, com no mínimo 3 prateleiras (capacidade de cada prateleira 60 kg), contendo 4 pés niveladores.</i>	8656	Unidade	5	<b>12.965,00</b>



14	<b>ARMÁRIO DE METAL PARA VESTIÁRIO OU GUARDA VOLUMES:</b> Armário de metal para vestiário ou guarda volumes com no mínimo 8 portas com trava para cadeado. Feito em chapa de aço 26/0,45mm tratada com antiferruginoso por fosfatização e pintura epóxi-pó por processo eletrostático. fechamento: pitão para cadeado. medida total mínima: 198x64x42cm (axlxp). Medida mínima das portas/vãos:47x27cm (axl); cor: cinza padrão	150033	Unidade	3	<b>2.358,72</b>
15	<b>RUGOSÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL:</b> Rugosímetro portátil, 13 parâmetros de medição, capacidade de medição de: 0,005 a 16 m (ra, rq); 0,02 a 160 m (rz, r3z, ry, rt, rp, rmax); 1 mm (rs, rsm); 0 a 100% (rsk, rmr) cut-off selecionáveis: 0,25 mm (.01") 0,8mm (.03") - 2,5 mm (.1") número de cut-off selecionáveis de 1 a 5 vezes comprimento de medição de 1 a 5 cut-off + 2 (máximo de 17,5mm) com 4 filtros para ondulação: RC, PC -RC, GAUSS, d-p capacidade de medição no eixo z de 0 a 160 m possibilidade d e seleção entre as normas: ISO, DIN, JIS, ANSI resolução no display de 0,001 m exatidão de _10% repetibilidade < 6% alimentação através de bateria r	70548	Unidade	2	<b>21.895,94</b>
16	<b>OSCILOSCÓPIO:</b> Osciloscópio, material corpo metal, material revestimento externo plástico, tipo digital, tipo tela crt 6", largura faixa 100 mhz, quantidade canais 2 un, alimentação 100-240 VCA	322184	Unidade	2	<b>7.576,00</b>
17	<b>INVERSOR FREQUÊNCIA:</b> Inversor frequência, potência nominal:7,5 cv, características adicionais: duas entradas analógicas de 0 a 10v; controle velocidade, tensão entrada:220 vca, tensão saída:220 vca, tipo: trifásico, corrente nominal:16 a, grau proteção:ip20, tipo onda: senoidal, corrente máxima por saída: entre 0,01 e 1,50 vezes a corrente nom. inversor, frequência saída:0,01 - 300 Hz, tipo contato: na + nf, componentes: botões comando partida, parada, jog e sentido de g, faixa tempo aceleração/desaceleração:0,1 - 999 s, peso:2,5 kg, dimensões: (lxaxp) 145 x 105 x 170 mm, aplicação: ponte rolante	367122	Unidade	2	<b>10.812,66</b>
18	<b>GERADOR FORMA DE ONDA.</b> Gerador forma de onda, tipo: programável, frequência:1 Hz a 10 MHz, tensão saída: 0 a 10 v, funções: senóide, quadrada e triangular, características adicionais: saída nível TTL.	42714	Unidade	4	<b>14.322,28</b>

19	<b>MULTÍMETRO - MULTÍMETRO GRÁFICO DE ALTA EXATIDÃO:</b> <i>Multímetro gráfico de alta exatidão: display lcd/contagem: 4 5/6 dígitos/60000; iluminação/barra gráfica; true rms ac/ac+dc; tensão dc: 60m/600 m/6/60/600/1000v; tensão ac: 60m/600m/6/60/600/ 1000v; corrente dc: 600 / 6000 /60m/600m/10<sup>3</sup>; corrente ac: 600 /6000 /60m/600m/10<sup>3</sup>; resistência: 600/6k/60k/ 600k/ 6m/60m ; condutância: 60ns; temperatura: 40~+1000 °c/-40~+1832 °f; capacitância: 6n/60n/600n/6 /60 /600 /6m/60mf; frequência: 60/600/6k/60k/600k/6m/60mh z; frequência de rede; duty cycle/largura de pulso; filtro passa baixa; função fpf; trend capture; teste de continuidade e diodo; data/peak hold;</i>	67601	Unidade	6	<b>21.861,12</b>
20	<b>DISPOSITIVO MAGNÉTICO:</b> <i>Suporte Magnético Articulado para Relógios Comparadores e Apalpadores.</i>	20478	Unidade	10	<b>4.399,20</b>
21	<b>DURÔMETRO:</b> <i>Durômetro Portátil Para Ensaios Shore D, Com Ponteiro de Arrastro Para Detecção da Leitura Máxima, Capacidade de Medição de 20-90 Shore D, Graduação de 1hd, Fabricado Conforme ds Normas: ISO868, ISO7619, ASTM D 2240. Possuir certificado de calibração e garantia e 1 ano. Para ensaios de dureza Rockwell (HRA - HRB - HRC), Brinell (HB), Vickers (HV), Shore (HS) e Leeb (HLD)</i>	39853	Unidade	2	<b>16.005,78</b>
22	<b>FORNO INDUSTRIAL:</b> <i>Forno Industrial - Para Revenimento.</i>	17833	Unidade	1	<b>10.671,60</b>
23	<b>FURADEIRA DE BANCADA INDUSTRIAL:</b> <i>Furadeira de bancada industrial as seguintes especificações mínimas: alavanca de avanço com 3 braços, cabeçote, base e mesa em ferro fundido cinzento, chave liga/ desliga, fixador do motor com esticador, mesa móvel e inclinável, motor elétrico monofásico, regulador de profundidade de perfuração, potência do motor 1 cv/750 w, voltagem 220 v, capacidade de furação: 28 mm, profundidade do corte: 80 mm , quantidade de velocidades: 5, velocidade: de 200 a 3600 rpm, dimensões: 540x9 60x1085 mm, frequência: 60 Hz. ref.: tander-rdm2801b"</i>	16535	Unidade	2	<b>2.911,12</b>
24	<b>MICROSCÓPIO ÓTICO:</b> <i>Microscópio, tipo de análise ótico, tipo trinocular, aumento c/ objetivas até 100x, oculares até 10x, componentes iluminação em led, refletida e transmitida, adicional inclinação até 30.</i>	440762	Unidade	3	<b>8.731,89</b>
25	<b>CONJUNTO SOLDA:</b> <i>Conjunto solda, componentes 1 cilindro oxigênio 1m3, 1 cilindro acetileno 1m3</i>	324443	Unidade	2	<b>4.374,26</b>
26	<b>EQUIPAMENTO SOLDAGEM ARCO:</b> <i>Equipamento de Soldagem a Arco tipo arco MIG/MAG, corrente máxima 300, corrente nominal 250, tensão 380, tensão alimentação trifásico, frequência 60, características adicionais semiautomática, tocha e alimentador de arame embutido.</i>	326102	Unidade	2	<b>8.328,06</b>

27	<b>MÁQUINA SOLDADA:</b> Máquina de solda MIG-MAG e cmaw 45 a 350 A 220/380v especificações técnicas: primário: tensão: 3 x 220/380 v; frequência: 60 Hz; potência máxima: 17,5 kVa; potência nominal: 8,8 kVa; corrente máxima: 46/26,5 A; corrente nominal: 23,2/13,4 A; fator de potência 0,80; secundário: tensão a vazio: 18 a 48 v; tensão de trabalho: 16,5 a 36,5 v; regulação de tensão (tipo): tape; posição da chave de tensão: 20n; faixa de corrente: 45 a 350 a; ciclo de trabalho: 350 a 35%; ciclo de trabalho 100%: 2 00 A @100%; classe de isolamento térmica (tipo) h; tipo de fonte: cv	49689	Unidade	2	11.000,00
28	<b>MESA DESEMPENO:</b> <b>DESEMPENO:</b> Material Granito, Dimensões 630 mm x 400 mm x 100 mm; Exatidão (Planicidade): 6 - Planicidade De Acordo Com A Norma DIN872 - Classe 0.	194940	Unidade	2	6.608,66
29	<b>IMPRESSORA 3D:</b> DESCRIÇÃO: MÁQUINA PROTOTIPADORA 3D FDM - ESPECIFICAÇÃO 1 - OBJETIVO: 1.1 - EQUIPAMENTO DE APOIO PEDAGÓGICO QUE POSSUI A FINALIDADE DE PRODUIR PROTÓTIPOS DE PEÇAS PARA SEREM UTILIZADAS EM ROBÔS EDUCACIONAIS, ATRAVÉS DA TECNOLOGIA FDM - MODELAGEM POR DEPOSIÇÃO DE FILAMENTO 2 - CARACTERÍSTICAS: 2.1. PROTOTIPADORA 3D TECNOLOGIA FDM (DEPOSIÇÃO POR MODELAGEM DE FILAMENTO) COM 01 BICO DE EXTRUSÃO. 2.2. - SISTEMA DE BICOS DE EXTRUSÃO: INTERCAMBIÁVEIS (SISTEMA DE REFERÊNCIA: OLSSON BLOCK); 2.2.1 - DEVE ACOMPANHAR BICOS: 01 X 0,25MM, 01 X 0,4MM, 01 X 0,6MM, 01 X 0,8MM (DIAMETRO) E 01 X CHAVE DE BOCA Nº 07 PARA TROCA DOS BICOS. 2.2.2 - RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: DE 0,020 MM ATÉ 0,60 MM OU SUPERIOR SENDO: 2.2.2.1 - ENTRE 0,06 À 0,15 MM COM O BICO DE 0.25 MM 2.2.2.2 - ENTRE 0,02 À 0,40 MM COM O BICO DE 0.40 MM 2.2.2.3 - ENTRE 0,02 À 0,40 MM COM O BICO DE 0.60 MM 2.2.2.4 - ENTRE 0,02 À 0,60 MM COM O BICO DE 0.80 MM 2.3 - VELOCIDADE DE DESLOCAMENTO EXTRUSORA: DE 30 A 300 MM/SEG, 2.4 - VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: ATÉ 24 MM³/S. 2.5 - PRECISÃO DE IMPRESSÃO: DE 0,0125MM (EIXO Z) E 0,0125MM (EIXOS X E Y) 2.6 - TEMPERATURA DA EXTRUSORA: DE 180º - 260º C OU SUPERIOR; 2.7 - VOLUME DE IMPRESSÃO: 22,3 X 22,3 X 20,0 CM 2.8 - DIMENSÕES PROTOTIPADORA: 34,2 X 49,3 X 58,8 CM	151080	Unidade	1	39.359,67

	<p>2.9 - PESO PROTOTIPADORA: 11,3 KG</p> <p>2.10 - ESTRUTURA: PARCIALMENTE FECHADA NAS LATERAIS, TRASEIRA E FUNDO, SENDO ABERTO SOMENTE NA PARTE FRONTAL E SUPERIOR.</p> <p>2.11 - MÉTODO DE ALIMENTAÇÃO DE FILAMENTO: SISTEMA BOWDEN, ATRAVÉS DE MOTOR ALIMENTADOR POSICIONADO ATRÁS OU AO LADO DA PROTOTIPADORA, QUE EMPURRA O FILAMENTO ATRAVÉS DE UM TUBO DE BOWDEN.</p> <p>2.12 - MESA DE IMPRESSÃO 3D: VIDRO SUPERFLAT, REMOVÍVEL.</p> <p>2.13 - TEMPERATURA DA MESA: DE 20º À 115º CELSIUS OU SUPERIOR.</p> <p>2.14 - NIVELAMENTO DA MESA: ASSISTIDO</p> <p>2.15 - CONTROLE DE IMPRESSÃO: MONITOR LCD NO PAINEL.</p> <p>2.16 - VOLTAGEM: 100 - 240 V COM FONTE EXTERNA.</p> <p>2.17 - CONECTIVIDADE: CABO USB E CARTÃO SD (DEVE ACOMPANHAR 01 X SD CARD DE NO MÍNIMO 8GB DE CAPACIDADE);</p> <p>2.18 - MANUAL EM PORTUGUÊSBR DISPONIBILIZADO EM PDF.</p> <p>3 - MATERIAIS COMPATÍVEIS:</p> <p>3.1 - OTIMIZADA PARA USO DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO: PLA, ABS, NYLON, PC, PP, CPE, CPE+, TPU 95A.</p> <p>3.2 - DIÂMETRO DO FILAMENTO: 2.85 MM</p> <p>3.3 - SISTEMA DE INSUMOS ABERTO - PODE USAR QUALQUER MARCA DE FILAMENTO.</p> <p>4 - SOFTWARES:</p> <p>4.1 - SOFTWARE PARA FATIAMENTO (PREPARAÇÃO DE PROTÓTIPOS) - LICENÇA FREE OU INCLUSA</p> <p>4.1.1 - TIPO DE ARQUIVO: STL, OBJ, X3D, E 3MF, GCODE E IMAGENS BMP, GIF, JPG, E PNG;</p> <p>4.1.2 - COMPATÍVEL WINDOWS PROFESSIONAL OU HOME EDITION COM SERVICE PACK 3, WINDOWS 7 E WINDOWS 8, 10+, MACOS E LINUX; 5 - ACESSÓRIOS:</p> <p>5.1 - A PROTOTIPADORA 3D DEVE ACOMPANHAR: 07 (SETE) CARRETEIS PLA 0.75KG, 02 (DOIS) CARRETEIS DE ABS 0.75KG, CAIXA 29LT PLÁSTICA, 02 (DOIS) PACOTES SÍLICA DE 01 KG.</p> <p>6 - TREINAMENTO:</p> <p>6.1 TREINAMENTO DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DA PROTOTIPADORA 3D, SOFTWARE DE FATIAMENTO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MAIS COMUNS DEVE SER PRESTADO PELA EMPRESA VENCEDORA.</p> <p>7 - SUPORTE TÉCNICO</p> <p>7.1 - SUPORTE TÉCNICO DE 12 MESES PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E DÚVIDAS VIA ATENDIMENTO PERSONALIZADO ATRAVÉS DE TELEFONE, E-MAIL E APLICATIVO DE TROCAS DE MENSAGENS, NO MÍNIMO DURANTE HORÁRIO COMERCIAL, DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA.</p> <p>8 - - GARANTIA / ENTREGA TÉCNICA:</p>				
--	---	--	--	--	--



8.1 - GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO: 12 MESES EM TERRITÓRIO NACIONAL;				
8.2 - EMPRESA PRECISA COMPROVAR CAPACIDADE TÉCNICA ATRAVÉS DE CARTA OU ATESTADO EMITIDA POR EMPRESA PRIVADA OU INSTITUIÇÃO PÚBLICA, DATADA E ASSINADA PELO RESPONSÁVEL PELO USO DO EQUIPAMENTO, COMPROVANDO QUE A EMPRESA ESTÁ APTA EM FORNECER OS TREINAMENTOS COM O EQUIPAMENTO.				
8.3 - ENTREGA TÉCNICA PARA COLOCAR O EQUIPAMENTO EM FUNCIONAMENTO COM SUPORTE TÉCNICO DA EMPRESA, SEM CUSTO ADICIONAL.				
9 - REFERÊNCIAS:				
9.1 - MARCA ULTIMAKER, MODELO PROTOTIPADORA 3D ULTIMAKER 2+ OU EQUIVALENTE OU SUPERIOR.				
<b>VALOR ESTIMADO: R\$ 288.713,72 (DUZENTOS E OITENTA E OITO MIL, SETECENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)</b>				

1.3. O prazo de vigência da contratação ficará adstrita ao exercício financeiro em curso, podendo ultrapassá-lo desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Faz-se necessária a presente aquisição dos materiais listados acima no item 1.1 para **implantar e estruturar os laboratórios de ensino do Curso de Engenharia Mecânica**, que atenderá as disciplinas de Tecnologia de Soldagem, Laboratório de Soldagem, Usinagem dos Metais, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Introdução à Teoria da Administração, Gestão da Produção e da Manutenção, Gerência de Manutenção, Gerência de Produção e Projetos Industriais, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas, Termodinâmica, Transferência de Calor, Termodinâmica, Máquinas e Sistemas a Vapor e Gás, Motores de Combustão Interna, Refrigeração e Climatização, Tratamentos Térmicos. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto BAJA, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.

2.2. O objetivo da presente aquisição é possibilitar a realização de experimentos para aplicar na prática os conceitos teóricos ministrados nas disciplinas do Núcleo Básico e do ciclo Profissionalizante do curso de Engenharia Mecânica, além dos Projetos de Extensão, Ensino e Pesquisa.

## **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, por se tratar de itens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

## **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do (a) recebimento da Autorização de Fornecimento e Nota de Empenho, em remessa única ou parcelada.

4.2. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado da Unifesspa, localizada na Avenida dos Ipês, s/n, Loteamento Cidade Jardim, Unidade III do campus de Marabá/PA, no horário de 08:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas.

4.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) dias, ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente imediatamente, após efetuada a entrega para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta pelo (a) responsável pela elaboração do mesmo.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

9.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a

ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I × N × VP**, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

**I = (TX)**

**(6 ÷ 100)**

**I =  $\frac{\quad}{365}$**

**I = 0,00016438**

**TX = Percentual da taxa anual = 6%**

## **11. DO REAJUSTE**

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Em razão da forma de execução;

12.1.2. Inviabilidade de criar cláusula demasiadamente onerosa e desnecessária que possam afastar do certame os licitantes criando obstáculo ao alcance da economicidade e vantajosidade da contratação;

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.3. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.3.4. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.4. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.3.3, 13.3.4 e 13.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- 13.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Elaborado por:

**José Elisandro de Andrade, SIAPE: 2131166** *Professor do Magistério Superior.*

*Coord. do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica - Portaria 723/2018 Unifesspa. Lotado no Instituto de Geociências e Engenharias.*

#### **ANEXO I – A - ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS INSUMOS E SUAS APLICAÇÕES**

**ITEM 01 - POLITRIZ INDUSTRIAL:** *Lixadeira (ou politriz) é uma ferramenta elétrica utilizada em oficinas mecânicas e na construção civil, entre outros, para fazer desbaste em superfícies. Utilizado em oficinas e laboratórios e em aulas experimentais ofertadas pelo curso de Graduação em Engenharia Mecânica.*

**ITEM 02 - GERADOR DE ENERGIA:** *Equipamento utilizado em práticas de motores e combustão. Dará suporte as disciplinas de Motores e Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas.*

**ITEM 03 - CONJUNTO FLANGEADOR:** *São ferramentas utilizadas para fazer flanges em tubos de cobre e alumínio para refrigeração, aquecimento etc. Dará suporte para a disciplina de Refrigeração e Climatização.*

**ITEM 04 - PRENSA HIDRÁULICA 30 TON:** *Utilizado para moldar, conformar e vazar peças mecânicas. Para as aulas práticas de conformação plástica, preparação de corpo-de-prova e aulas de ensaios destrutíveis. Dará suporte as disciplinas de práticas de conformação plástica dos metais, Usinagem dos Metais, Ensaios de Materiais, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto BAJA, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 05 - SERRA POLICORTE PARA FERRO MONOFÁSICO:** *Serra policorte para ferro monofásico - Ferrari (não acompanha o disco) Enfrenta qualquer material ferroso. Para cortes retos ou em ângulos. Ideal para cortes de materiais ferrosos como: barras de aço e ferro, perfis e tubos. Pode ser usada nas indústrias de construção civil e serralherias. Utilizada para dar suporte às disciplinas de laboratório e atividades na oficina mecânica para a preparação de amostras e estruturas de aulas práticas.*

**ITEM 06 - CARRINHO TRANSPORTE:** *Equipamento utilizado no transporte cilindros de gás utilizados em alguns equipamentos dos laboratórios.*

**ITEM 07 - MICRÔMETRO EXTERNO RESOLUÇÃO 0,01MM/0-25MM:** *O micrômetro é um instrumento metrológico capaz de aferir as dimensões lineares de um objeto (tais como espessura, altura, largura, profundidade, diâmetro etc.) com precisão da ordem de micrometros, que são a milionésima parte do metro. Têm vasta aplicação na indústria mecânica e em diversos contextos de medição e ensaios não-destrutivos, medindo toda a espécie de objetos. Dará suporte as disciplinas de Metrologia, Motores, Refrigeração, Usinagem, Laboratório de Soldagem, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto BAJA, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 08 - PAQUÍMETRO DIGITAL 150 MM COM ESTOJO:** *O paquímetro é um instrumento metrológico capaz de aferir as dimensões lineares de um objeto (tais como espessura, altura, largura, profundidade, diâmetro etc.). Têm vasta aplicação na indústria mecânica e em diversos contextos de medição e ensaios não-destrutivos, medindo toda a espécie de objetos. Dará suporte as disciplinas de Metrologia, Motores, Refrigeração, Usinagem, Laboratório de Soldagem, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto BAJA, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*



**ITEM 09 - KIT DE INSTRUMENTOS PARA MEDIÇÃO SONORA:** *O decibelímetro, ou sonômetro ou medidor de nível de pressão sonora (MNPS), é um equipamento utilizado para realizar a medição dos níveis de pressão sonora, e, consequentemente, da intensidade, do som, já que o nível de pressão sonora é uma grandeza que representa razoavelmente bem a sensação auditiva de volume sonoro, quando ponderada. Dará suporte às disciplinas de Física Geral II, Vibrações e Acústica e Laboratório de Vibrações e Acústica.*

**ITEM 10 - TORNO MECÂNICO DE BANCADA 320X1000 MM:** *Equipamento utilizado em práticas de usinagem e em oficina mecânica na fabricação de produtos e preparação de amostras. Dará suporte às disciplinas, Usinagem dos Metais, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto BAJA, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 11 - BOMBA DE VÁCUO:** *Equipamento utilizado em práticas de bombas hidráulicas e será componente de dispositivo mecânico hidráulico. Dará suporte às disciplinas de Mecânica dos Fluidos, Turbo máquinas, Hidráulica e Projeto e Desenvolvimento de Máquinas.*

**ITEM 12 - CARRINHO TRANSPORTE:** *Equipamento utilizado no transporte de materiais e peças de grande peso e volume entre os laboratórios. Dará suporte às disciplinas de Motores, Refrigeração, Usinagem, Laboratório de Soldagem, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto BAJA, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 13 - ARMÁRIO GUARDAR FERRAMENTA:** *Utilizado no armazenamento e organização de peças e ferramentas do laboratório. Dará suporte às disciplinas de Motores, Refrigeração, Usinagem, Laboratório de Soldagem, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto BAJA, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 14 - ARMÁRIO DE METAL PARA VESTIÁRIO OU GUARDA VOLUMES:** *Utilizado no armazenamento e organização de peças e ferramentas do laboratório, bem como o material dos estudantes durante as aulas práticas. Dará suporte às disciplinas de Motores, Refrigeração, Usinagem, Laboratório de Soldagem, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto BAJA, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 15 - RUGOSÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL:** *Rugosímetro é um instrumento industrial usado para medir a rugosidade, a textura e a ondulação dos materiais ferrosos e não ferrosos. Dará suporte às disciplinas de Tecnologia de Soldagem, Laboratório de Soldagem, Usinagem dos Metais, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto BAJA, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 16 - OSCILOSCÓPIO:** *O osciloscópio é um aparelho eletrônico que permite a visualização e análise, no geral, de sinais de tensão na forma de um gráfico em função do tempo. Pode ser do tipo digital ou analógico. Trata-se de um dispositivo indispensável a projetistas, técnicos ou a qualquer um que trabalhe com equipamento eletrônico. Dará suporte às disciplinas de eletrotécnica, vibrações e acústica e controle e automação.*

**ITEM 17 - INVERSOR FREQUÊNCIA:** *O inversor de frequência variável (conhecido como VFD em inglês) é um tipo de controlador que tem a função de acionar um motor elétrico e ao mesmo tempo variar a frequência e a tensão que é fornecida ao motor com o objetivo de controlar a sua velocidade e potência consumida. Dará suporte às disciplinas de eletrotécnica, vibrações e acústica, motores e controle e automação.*

**ITEM 18 - GERADOR FORMA DE ONDA:** *O gerador de funções, ou de sinais, é um aparelho que gera voltagens Vg variáveis como função do tempo t. É possível gerar uma forma de onda quadrada, triangular ou senoidal, com diversos valores de frequências. Dará suporte às disciplinas de eletrotécnica, vibrações e acústica, motores e controle e automação.*

**ITEM 19 - MULTÍMETRO - MULTÍMETRO GRÁFICO DE ALTA EXATIDÃO:** *Dará suporte às disciplinas de eletrotécnica, vibrações e acústica, motores e controle e automação.*

**ITEM 20 - DISPOSITIVO MAGNÉTICO:** *Suporte Magnético Articulado para Relógios Comparadores e Apalpadores. Dará suporte a equipamentos do Laboratório de Metrologia.*

**ITEM 21 - DURÔMETRO:** *Durômetro Portátil Para Ensaios Shore D. Para ensaios de dureza Rockwell (HRA - HRB - HRC), Brinell (HB), Vickers (HV), Shore (HS) e Leeb (HLD). Utilizado em oficinas e laboratórios e em aulas experimentais do curso de Engenharia Mecânica.*

**ITEM 22 - FORNO INDUSTRIAL PARA REVENIMENTO:** *Forno industrial para Revenimento. Revenimento é aplicado nos aços para corrigir a tenacidade e a dureza excessiva, conseguindo o aumento da tenacidade dos aços. Revenimento é o reaquecimento das peças temperadas, a temperaturas abaixo da linha inferior de transformação do aço. Dará suporte as disciplinas de Tecnologia de Soldagem, Laboratório de Soldagem, Usinagem dos Metais, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto Baja, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 23 - FURADEIRA DE BANCADA INDUSTRIAL:** *Equipamento utilizado em oficinas mecânicas, para furar peças metálicas. Equipamento muito utilizado em oficina mecânica. Para as aulas práticas de usinagem e preparação de corpo-de-prova. Dará suporte as disciplinas de Tecnologia de Soldagem, Laboratório de Soldagem, Usinagem dos Metais, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto Baja, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 24 - MICROSCÓPIO ÓTICO:** *Utilizado nas disciplinas de Metalografia. Este tipo de análise é realizada em microscópios específicos, conhecidos como "microscópios metalográficos" ou "microscópios metalúrgicos". Este tipo de microscópio possui baixo campo focal, permitindo apenas a observação de superfícies perfeitamente planas e polidas. Em razão disto, a preparação metalográfica tem grande importância na qualidade de uma análise. Estes microscópios, em geral, possuem sistemas de fotografia integrados, que permitem o registro das análises realizadas. Dará suporte as disciplinas de Tecnologia de Soldagem, Laboratório de Soldagem, Usinagem dos Metais, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto Baja, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 25 - CONJUNTO SOLDA:** *Equipamento utilizado em práticas de soldagem e em oficina mecânica na fabricação de produtos e preparação de amostras de soldagem. Dará suporte as disciplinas de Tecnologia de Soldagem, Laboratório de Soldagem, Usinagem dos Metais, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto Baja, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 26 - EQUIPAMENTO SOLDAGEM ARCO:** *Equipamento utilizado em práticas de soldagem e em oficina mecânica na fabricação de produtos e preparação de amostras de soldagem. Dará suporte as disciplinas de Tecnologia de Soldagem, Laboratório de Soldagem, Usinagem dos Metais, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto Baja, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 27 - MÁQUINA SOLDA:** *Equipamento utilizado em práticas de soldagem e em oficina mecânica na fabricação de produtos e preparação de amostras de soldagem MIG MAG. Dará suporte as disciplinas de Tecnologia de Soldagem, Laboratório de Soldagem, Usinagem dos Metais, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto Baja, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 28 - MESA DESEMPENO:** *O desempenho de precisão é uma superfície de referência, com um erro de planeza próximo a zero, onde são posicionadas as peças que serão mensuradas com o auxílio de instrumentos de medição. A sua utilização requer uma superfície de apoio como traçadores de altura, medidores de profundidade e de altura. São utilizados para por vários setores industriais desde eletrônicos até calderaria, mecânica de automóveis, ferramentarias, laboratórios de metrologia e laboratórios de inspeção e controle de qualidade. Dará suporte as disciplinas de Tecnologia de Soldagem, Laboratório de Soldagem, Usinagem dos Metais, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto Baja, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ITEM 29 - IMPRESSORA 3D:** *Equipamento de apoio pedagógico que possui a finalidade de produzir protótipos de peças para serem utilizadas em robôs educacionais, através da tecnologia FDM - modelagem por deposição de filamento. Dará suporte as disciplinas de Tecnologia de Soldagem, Laboratório de Soldagem, Usinagem dos Metais, Laboratório de Máquinas Operatrizes, Oficina Mecânica, Elementos de Máquinas, Projeto e Desenvolvimento de Máquinas. Além de dar suporte aos Projetos de Extensão, Projeto Baja, Projeto Aerodesign, Projeto Empresa Junior.*

**ANEXO II****MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 35/2019  
**Tipo:** REGISTRO DE PREÇOS TIPO MENOR PREÇO POR ITEM  
**Data:** XX/XX/2019  
**Horário:** xx:xx (horário de Brasília)

\_\_\_\_\_(Nome da Licitante)\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr  
(a) \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e  
do CPF nº \_\_\_\_\_, para os fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2017 de materiais de  
consumo geral, pelo Sistema de Registro de Preços em Ata para o período de 12 meses, apresenta a seguinte  
proposta de preços:

ITEM	OBJETO	Especificação	UND	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
X	.....		----	----	R\$	R\$
Valor Total (quando for o caso) R\$ _____						

O prazo de validade da proposta de preços de preços é de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da licitação.

O prazo de entrega será conforme discriminado no Termo de Referência.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como leis sociais, leis trabalhistas, seguros, taxas e contribuições, transporte, alimentação, e demais despesas obrigatórias, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste certame, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente proposta observará os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregá-lo no prazo determinado no documento de convocação, assim, depois de cumpridas nossas obrigações, e para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:

1) Dados da Empresa:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ/MF;
- c) Endereço;
- d) Cidade/UF;
- e) CEP;
- f) Tel./Fax;
- g) E-mail;
- h) Banco/Agência;
- i) Conta.

2) Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura da Ata:

- a) Nome;
- b) Endereço;
- c) CEP;
- d) Cidade/UF;
- e) CPF/MF;
- f) RG/Órgão Expedidor;
- g) Telefone
- h) E-mail.

Local, .....de.....de 2019  
Assinatura do representante da empresa  
[ Razão social da empresa - CNPJ ]  
Representante legal: [ nome completo ]  
RG: [ número e órgão emissor ] /  
CPF: [ número ]

## ANEXO III

## AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Marabá, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Processo nº 23479.011766/2019-17

Ref: Pregão Nº 35/2019

Assunto: Aquisição de \_\_\_\_\_

À firma: \_\_\_\_\_

Prezado (a) Senhor (a),

Em decorrência do processo Licitatório nº 012/2019 Modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço em Ata, para Fornecimento de \_\_\_\_\_, tipo Menor Preço, no qual essa empresa foi adjudicada como vencedora, remetemos, em anexo, a(s) Nota(s) de Empenho nº \_\_\_\_\_, e, na forma do art. 62, da Lei nº 8.666/93, que faculta a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, estamos encaminhando o presente documento, relativo à aquisição em epígrafe.

Consoante Edital Convocatório, e detalhado na proposta de V.Sa., a entrega do(s) material(ais) deverá ser efetuada no prazo de até **30 (trinta) dias**, a partir da data do recebimento desta e da Nota de Empenho.

Cumpre-nos informar que antes da efetivação do pagamento e, na forma prevista na legislação e no Edital convocatório, o aludido pagamento só será efetuado mediante atestado comprobatório da entrega do(s) material(s), bem como, consulta "on line", da situação cadastral dessa Empresa, ficando o referido pagamento suspenso, no caso de haver alguma pendência no SICAF.

Para controle de V.Sa., informamos ainda que, pela legislação vigente, caso ocorra atraso na entrega de qualquer dos itens de fornecimento, a licitante vencedora estará sujeita, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia, por atraso injustificado na execução do conteúdo da Autorização de Fornecimento, calculada sobre o valor do material não fornecido, até o limite de 20 (vinte) dias, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial.

Na hipótese de a multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, a UNIFESSPA poderá proceder a rescisão unilateral deste instrumento, hipótese em que o FORNECEDOR também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital e no Estatuto das Licitações.

Informamos ainda a V.Sa., que a inobservância aos prazos e obrigações estipulados no **Edital do Pregão Eletrônico nº 030/2019** implicará as penalidades previstas no art. 28 do decreto nº 5450/2005 e art. 87, e seus parágrafos, da Lei n. 8.666/93.

Finalmente, informamos que a contratação deverá ser cumprida em estrita observância à Lei n. 8.666/93 e suas alterações, devendo V.Sa. a por o "**De acordo**", na cópia deste expediente, o qual deverá ser devolvido a esta Universidade, para ulteriores providências, por meio de fone/fax no **(94) 2101-7100 e 2101-7122** ou ainda por e-mail no endereço [luneres@unifesspa.edu.br](mailto:luneres@unifesspa.edu.br).

Atenciosamente,

Ordenador de Despesa

De acordo

Em: ...../...../.....

Representante legal da Empresa